

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.078 – BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 24 DE ABRIL DE 2000

## SENADORES PEDEM REFLEXÃO SOBRE OS 500 ANOS

Marina Silva, Leomar Quintanilha, Geraldo Cândido, Heloísa Helena e Mozarildo Cavalcanti afirmaram em discursos no Senado o que significa para eles a comemoração dos cinco séculos do descobrimento

PÁGINA 5

A Primeira Missa do Brasil, óleo sobre tela de Vitor Meirelles



O passado e o presente: da primeira missa, em 1500, a Brasília, em 2000, dois marcos na História



### Francelino apóia esforço para preservar monumentos

O senador Francelino Pereira afirma que a preservação de monumentos históricos, como os Profetas (*foto*), de Aleijadinho, poderá se tornar mais fácil com a assinatura de convênio entre o governo brasileiro e o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

PÁGINA 6

## CAS examina distribuição de remédio para diabéticos

Proposta prevê que o SUS fornecerá, também, materiais necessários à aplicação dos medicamentos e à monitoração da glicemia capilar



Dutra: falta de prevenção prejudica pacientes e onera o SUS

A Comissão de Assuntos Sociais aprecia na quarta-feira, a partir das 9h, projeto que estabelece a distribuição gratuita de medicamentos para tratamento do diabetes. De autoria do senador José Eduardo Dutra, a proposta prevê que o Sistema Único de Saúde (SUS) fornecerá também os materiais necessários à aplicação dos remédios e à monitoração da glicemia capilar. A falta de prevenção, segundo Dutra, onera o sistema de saúde pública.

PÁGINA 3

### Plenário homenageia Luís Eduardo, Sérgio Motta e Brasília

PÁGINA 2

### CCJ analisa projeto que disciplina o uso de dados pessoais

PÁGINA 3

### CE aprecia novas regras para o estágio profissionalizante

PÁGINA 2

# Senado presta homenagem a Luís Eduardo e Sérgio Motta

Hora do Expediente de amanhã será dedicada à memória do ex-presidente da Câmara e do ex-ministro das Comunicações

O Senado dedica a Hora do Expediente de amanhã a homenagear o ex-presidente da Câmara Luís Eduardo Magalhães e o ex-ministro das Comunicações Sérgio Motta, falecidos em 20 e 21 de abril de 1998. O requerimento foi apresentado pelo senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), que destacou a importância da homenagem a esses "dois grandes e saudosos brasileiros".

Na quarta-feira, o Senado realiza, às 11h, sessão especial destinada a comemorar os 40 anos da fundação de Brasília. O requerimento para essa homenagem foi apresentado pelos senadores Luiz Estevão (PMDB-DF) e José Roberto Arruda. Ainda na quarta-feira, às 14h, o Congresso reúne-se para apreciar a medida provisória que reajustou o valor do salário mínimo.

Também na próxima semana o



Arruda destaca a importância da homenagem a "dois grandes e saudosos brasileiros"

Senado prossegue na discussão da proposta de emenda constitucional do senador Mauro Miranda (PMDB-GO) que prorroga por dez anos a aplicação, no Nordeste e no Centro-Oeste, de percentuais mínimos dos recursos destinados à irrigação. O objetivo do

parlamentar é garantir que o Nordeste continue, por mais dez anos, com 50% desses recursos, ficando o Centro-Oeste com 20%.

A fixação desses percentuais foi incluída no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para vigorar por 15 anos. Na opinião de Mauro Miranda, autor do dispositivo aprovado na Assembléia Constituinte, a prorrogação é vital para que projetos agrícolas da maior importância tenham retorno. Mesmo faltando cerca de três anos para terminar a vigência do dispositivo, ele considera importante que o Legislativo aprove logo a prorrogação.

Ainda na próxima semana, o Plenário vota a renovação de concessões outorgadas a duas emissoras de Manaus (AM): Rádio Ajuricaba e Rede Brasil Norte de Televisão (RBN).

## Conselho de Ética vai analisar dossiês

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar reúne-se amanhã, às 17h, para analisar os dossiês apresentados pelos senadores Jader Barbalho (PMDB-PA) e Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), que se acusaram mutuamente de supostas irregularidades. O conselho é presidido pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS).

Na última reunião do conselho, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) sugeriu que a análise dos dossiês seja desvinculada de possível aplicação de penalidade pelo fato de os dois senadores terem trocado "ofensas morais" e "expressões atentatórias ao decoro parlamentar". Jefferson leu o artigo 9º do Código de Ética do Senado, determinando que essas infrações devem ser reprimidas por meio de advertência escrita.

No mesmo sentido, o senador Amir Lando (PMDB-RO) disse que, em casos como esse, o conselho pode agir de ofício, sem necessidade de provocação.

## Comissão de Educação aprecia projeto que disciplina estágios

A Comissão de Educação (CE) do Senado deve votar amanhã uma pauta de 12 matérias. Uma delas é o projeto de lei de autoria do senador Ademir Andrade (PSB-PA), com voto favorável do relator, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), que institui normas para estágios de ensino superior, ensino profissionalizante de segundo grau e supletivo.

O projeto estabelece diversos direitos para o estagiário, como o recebimento de uma bolsa de estudos ou outra forma de contraprestação do serviço que não seja inferior a um salário mínimo. Também assegura ao estagiário férias de 30 dias por ano, dispensa do trabalho durante períodos de provas e seguro contra acidentes de trabalho.

Outro projeto em tramitação na CE é o do senador Lúcio Alcântara

(PSDB-CE) que cria normas para o comércio eletrônico. O projeto tem parecer favorável, com emendas, do senador José Fogaça (PMDB-RS).

Também será examinado projeto de lei do senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) que propõe a instituição do Dia do Advogado em 11 de agosto. A proposta recebeu voto contrário do relator, senador Amir Lando (PMDB-RO), mas o senador Iris Rezende (PMDB-GO) apresentou voto favorável em separado.

A CE examina ainda projeto de lei que muda a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e o que inclui nos currículos do ensino fundamental noções de turismo. Serão também examinados seis projetos de decreto legislativo que autorizam renovação de permissões e concessões de funcionamento para rádios e televisões.



AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 24 DE ABRIL DE 2000

PLENÁRIO	Brasil 500
14h30 — Sessão não deliberativa	
PREVISÃO	
PLENÁRIO	
Terça-feira	
14h30 — Sessão deliberativa ordinária	
Hora do Expediente: será destinada a homenagear Sérgio Motta e Luís Eduardo Magalhães, no transcurso do segundo ano de falecimento	
Pauta: entre outros, PLC nº 5/2000, dispõe sobre o sistema de armazenagem dos produtos agropecuários; terceiro dia de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 66/99, altera o art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, prorrogando, por dez anos, a aplicação, por parte da União, de percentuais mínimos do total dos recursos destinados à irrigação nas regiões Centro-Oeste e Nordeste.	
Quarta-feira	
11h — Sessão especial do Senado destinada a comemorar os 40 anos de Brasília	
14h — Sessão conjunta do Congresso Nacional destinada à apreciação da MP sobre o salário mínimo	
Quinta-feira	
10h — Sessão deliberativa ordinária	
Pauta: entre outros, quarto dia de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 66/99, altera o art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, prorrogando, por dez anos, a aplicação, por parte da União, de percentuais mínimos do total dos recursos destinados à irrigação nas regiões Centro-Oeste e Nordeste; requerimentos nº 159/2000, do senador Luiz Pontes, solicitando que sobre o PLS nº 67/2000, além das comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais; nº 173/2000, do senador Sebastião Rocha, solicitando a tramitação conjunta dos PLSs nºs 5 e 68, de 2000, por regularem a mesma matéria; e nº 174/2000, do senadora Marina Silva, solicitando que o PLS nº 216/99 seja desapensado dos PLSs nºs 188 e 422, de 1999, com os quais tramita em conjunto.	
Sexta-feira	
9h — Sessão não deliberativa	
COMISSÕES	
Terça-feira	
10h — Comissão de Assuntos Econômicos	
Pauta: entre outros, Mensagem-SF nº 76/2000 submete à apreciação do Senado Contrato de Confissão, Consolidação, Promessa de Assunção e Refinanciamento de Dívidas, celebrado entre a União e o município de São Paulo, tendo por objeto o refinanciamento de obrigações financeiras de responsabilidade daquele município; PLS nº 263/99, altera dispositivos da Lei nº 9.491/97, que dispõe sobre procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização; PLC nº 8/2000, institui a classificação de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico; Ofício "S" nº 19/2000, encaminha ao Senado manifestação do Banco Central do Brasil acerca do pedido do governo do estado de Santa Catarina para assunção formal de dívidas da Companhia de Habitação do estado (Cohab/SC) no valor de R\$ 152,8 milhões, a preços de janeiro/2000; Ofício "S" nº 11/2000, encaminha ao Senado manifestação do Banco Central do Brasil acerca da operação de crédito baseada no segundo termo aditivo ao Contrato de Confissão, Assunção, Consolidação e Refinanciamento de Dívidas, firmado em julho/99, entre a União e o estado de Goiás, que altera o valor do contrato de refinanciamento objeto de Resolução nº 67, de julho/98, R\$ 12,1 milhões; Ofício "S" nº 15/2000, encaminha ao Senado manifestação do Banco Central do Brasil acerca do pedido do governo do estado do Rio Grande do Sul para assunção formal de dívidas da Companhia de Habitação do estado (Cohab/RS) e da Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul, nos respectivos valores de R\$ 811,6 milhões, a preços de setembro/99, e R\$ 42,027 milhões, a preços de agosto/99. <i>Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19</i>	
11h30 — Comissão de Educação	
Pauta: entre outros, PLS nº 615/99, altera a Lei nº 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional; PLS nº 387/99, modifica dispositivos da Lei nº 6.494/77, que dispõe sobre os estágios de estudantes de estabelecimentos de ensino superior e de ensino profissionalizante do 2º grau e supletivo; PLS nº 529/99, institui o Dia do Advogado, a ser celebrado em 11 de agosto; e PLS nº 672/99, dispõe sobre o comércio eletrônico. <i>Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15</i>	
17h — Comissão de Ética	
Pauta: inicia o exame dos dossiês dos senadores Antonio Carlos Magalhães e Jader Barbalho. <i>Ala Senador Nilo Coelho — Sala 6</i>	
Quarta-feira	
9h — Comissão de Assuntos Sociais	
Pauta: entre outros, PLS nº 587/99, modifica o artigo 10, item II, alínea "a" da Lei nº 8.842/94, para priorizar o atendimento ao idoso na área de saúde; PLS nº 597/99, dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos e materiais necessários a sua aplicação e à monitoração da glicemia capilar aos portadores de diabetes inscritos em programas de educação para diabéticos; PLS nº 554/99, dispõe sobre a obrigatoriedade da cirurgia de gastrectomia parcial nos casos de obesidade mórbida; e PLS nº 557/99, dispõe sobre o ressarcimento, pelo SUS, dos gastos com medicamentos de uso contínuo indisponíveis na rede local do sistema. <i>Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9</i>	
10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	
Pauta: entre outros, PLS nº 268/99, dispõe sobre a estruturação e o uso de bancos de dados sobre a pessoa e disciplina o rito processual do <i>habeas data</i> ; emendas nºs 2 e 5, de Plenário, à PEC nº 67/99 (tramita em conjunto com a PEC nº 96/99), que altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzindo artigos que criam o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. <i>Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3</i>	
9h30 — Comissão mista destinada a emitir parecer sobre a MP nº 1.988-19, que dispõe sobre as operações com recursos dos fundos constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste	
Pauta: discussão do relatório. <i>Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2</i>	
ESPECIAL	
Quarta-feira	
12h — Cultura ao Meio-Dia	
Filme: <i>Lamarca</i> , de Sérgio Rezende. <i>Auditório Petrônio Portella</i>	

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães  
 1º Vice-Presidente: Geraldo Melo  
 2º Vice-Presidente: Ademir Andrade  
 1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
 2º Secretário: Carlos Patrocínio  
 3º Secretário: Nabor Júnior  
 4º Secretário: Casildo Maldaner  
 Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúcio Coelho  
 Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
 Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
 Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211  
 Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150  
 Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170  
 Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327  
 Editor-Chefe: Edson de Almeida  
 Editores: Djalba Lima, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes  
 Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda  
 Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Moraes  
 Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo  
 Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
 Ed. Anexo I do Senado Federal,  
 2º andar  
 Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
 Secretaria Especial  
 de Editoração e  
 Publicações

# Diabéticos podem ganhar tratamento gratuito

Comissão de Assuntos Sociais discute na reunião de quarta-feira projeto do senador José Eduardo Dutra, prevendo que medicamentos e acompanhamento da taxa de glicemia serão assegurados no Sistema Único de Saúde

A distribuição gratuita de remédios necessários ao tratamento do diabetes, proposta pelo senador José Eduardo Dutra (PT-SE), será analisada, em decisão terminativa, na reunião da Comissão de Assuntos Sociais da próxima quarta-feira, às 9h, dentro de uma pauta com mais 11 itens. A matéria recebeu parecer favorável do relator, senador Tião Viana (PT-AC).

Além dos medicamentos, a proposta prevê que o Sistema Único de Saúde (SUS) fornecerá também os materiais necessários a sua aplicação e à monitoração da glicemia capilar. O projeto estabelece também que as despesas decorrentes da implementação da lei serão financiadas com recursos dos orçamentos da Seguridade Social da União, dos estados, municípios e Distrito Federal, conforme regulamento baixado pelo Ministério da Saúde.

Dutra explica, na justificção



Projeto a ser votado pela CAS argumenta que é mais barato prevenir do que tratar males causados pelo diabetes

do projeto, que o diabetes, quando mal controlado, representa um considerável encargo econômico para o indivíduo e para a sociedade, sendo que a maior parte dos custos diretos do tratamento da doença relaciona-se com complicações que, na maioria das vezes, poderiam ser evitadas se o paci-

ente tivesse acesso aos medicamentos e aos materiais necessários a sua aplicação:

– Estudos realizados na Finlândia demonstram que, naquele país, o custo de um dia de hospitalização do diabético equivale aos custos de dois anos de automonitoração. Nos Estados Unidos, é estimado que cada dólar gasto

em educação do diabético representa uma economia de seis dólares em assistência médico-hospitalar – argumentou.

Segundo o senador, estima-se que no país existam cinco milhões de diabéticos e que o SUS gaste cerca de R\$ 60 milhões com a assistência aos pacientes, a maior parte com internações.

## CAE discute a dívida da capital de São Paulo amanhã

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado discute e pode votar amanhã, a partir das 10h, o parecer favorável do senador Romero Jucá (PSDB-RR) sobre o contrato de renegociação das dívidas do município de São Paulo com a União, no valor de R\$ 10,5 bilhões, dos quais R\$ 9,3 bilhões de títulos emitidos para pagamento de precatórios (pagamentos determinados pela Justiça).

Na semana passada, o parecer não foi examinado por causa de um alerta do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) de que o processo não estava acompanhado de parecer conclusivo do Banco Central. Com isso, o presidente da CAE, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), adiou a discussão do assunto.

O parecer do Banco Central chegou ao Senado e já foi distribuído aos senadores da CAE e agora integra o parecer de Romero Jucá. O parecer é assinado pelo diretor de Financiamento Público e Regimes Especiais do Banco Central, Carlos Eduardo de Freitas, e cita vários trechos do exame que a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional fez sobre os sucessivos lançamentos de títulos pela prefeitura de São Paulo, inclusive para o pagamento de precatórios.

Conforme o diretor Carlos



Reunião da CAE decidirá se dívidas da prefeitura paulistana com União podem ser renegociadas em sua totalidade

Eduardo de Freitas, a Procuradoria afirma que se pode “inferir, com razoável segurança jurídica”, que os títulos emitidos pelo município de São Paulo para pagamento dos precatórios judiciais foram feitos de forma regular, sendo passíveis de refinanciamento pela União em até 30 anos. Ele lembra ainda que a própria Procuradoria sugere, “para segurança jurídica das relações”, que o contrato de refinanciamento seja assinado condicionando a sua eficácia à apreciação do Senado Federal.

O refinanciamento das dívidas paulistanas com a União tem sido um dos assuntos mais polêmicos discutidos nos últimos meses pela CAE. Isso porque envolve títulos emitidos para pagamento de precatórios, assunto que gerou há dois anos uma CPI no Senado, após de-

núncias de que vários governos haviam desviado o dinheiro para pagamentos não determinados judicialmente.

O senador Roberto Requião (PMDB-PR), que relatou a CPI dos precatórios, tem advertido que apenas 23,39% dos títulos emitidos pela prefeitura foram utilizados no pagamento de precatórios. Assim, os outros 76,61% dos títulos não poderiam ser refinanciados pela União para pagamento em 30 anos, e sim em dez anos, conforme a Resolução 78 do Senado, de acordo com Requião.

Ainda na reunião convocada para amanhã, a Comissão de Assuntos Econômicos pode discutir projeto do senador Álvaro Dias (PSDB-PR) que impede a privatização da Petrobras e ainda proíbe o governo de vender ações da em-

presa que coloque em risco o controle da União sobre a companhia. O projeto, já aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), tem parecer favorável do relator, senador Roberto Saturnino (PSB-RJ).

Constam ainda da pauta da CAE várias mensagens do Executivo submetendo ao Senado contratos de refinanciamento e assunção de dívidas, entre eles um de R\$ 12,1 milhões entre a União e o estado de Goiás. Os estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro pedem autorização para assumir dívidas das companhias estaduais de habitação. Há ainda um pedido do presidente da República para reescalonar uma dívida de US\$ 6,7 milhões do governo da Maurítânia.

## Acesso a dados de cadastro terá novas regras

Em reunião na próxima quarta-feira, às 10h, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) examina projeto de lei do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que disciplina o uso de informações relativas a pessoas físicas e jurídicas mantidas em bancos de dados, informatizados ou não. O projeto já conta com parecer favorável do senador Álvaro Dias (PSDB-PR), que alertou para o uso comercial desse tipo de informação “ao ponto de transformar-se em *commodities* (mercadorias) de alto valor para um mercado global”:

– Diversos países já estão comprometidos com mecanismos que permitam ao cidadão verificar a veracidade, a integridade, a completude e a propriedade das informações existentes a seu respeito. O presente projeto traz para o Brasil algumas dessas salvaguardas, tão necessárias, atuando em conjunto com o Código de Defesa do Consumidor e com os códigos Civil e Penal – explicou o relator.

O projeto prevê que dados de identificação pessoal pertencem ao titular que os informou e o acesso a esses dados pode ser feito mediante solicitação escrita ao proprietário, gestor ou usuário do banco de dados, sem ônus para o titular, observado um prazo de 90 dias entre duas solicitações. O responsável pelo banco de dados tem dez dias para atender o pedido e, em caso de recusa, o titular poderá impetrar um *habeas data* para assegurar o conhecimento das informações.

A CCJ também apreciará a proposta de emenda à Constituição (PEC) que concede a nacionalidade brasileira aos filhos de pai ou mãe brasileiros nascidos no estrangeiro. Além disso, examinará emendas de Plenário às PECs que criam o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

## Senadores aprovaram nova estrutura proposta para os Tribunais Regionais Federais

Leis reestruturando os Tribunais Regionais Federais das cinco regiões marcaram a última semana de trabalho no Senado. Dois projetos elaborados pelo Superior Tribunal de Justiça para ampliar o número de juízes, a fim de que a Justiça possa atender à crescente demanda por soluções judiciais no país, foram enviados a sanção presidencial.

Aprovado em regime de urgência, o primeiro projeto reestruturou os Tribunais Regionais Federais da 1ª, 2ª, 4ª e 5ª regiões. Pelo texto aprovado, o TRF da 1ª Região, com sede em Brasília, terá sua composição ampliada de 18 para 27 juízes. Os TRFs da 2ª e 4ª regiões, com sedes no Rio de Janeiro e Porto Alegre, terão suas composições aumentadas de 23 para 27 membros. E o TRF da 5ª Região, com sede no Recife, passará de 10 para 15 juízes.

O segundo projeto reestruturou o Tribunal Regional Federal da 3ª Região e ampliou sua composição de 27 para 43 juízes. Com sede em São Paulo, o tribunal abrange os estados de São Paulo e de Mato Grosso do Sul. O texto aprovado cria para esse tribunal 201 cargos efetivos de nível superior, 204 cargos efetivos de nível intermediário, além de funções comissionadas.

O Senado aprovou também a redação final de projeto determinando que a atuação do Banco Central no mercado financeiro será feita exclusivamente por meio das chamadas instituições *dealers* (responsáveis pela compra e venda de dólares junto a terceiros), exceto nos casos de redesconto, empréstimos de liquidez e os expressamente autorizados pelo Conselho Monetário Nacional. Oriundo da CPI do Sistema Financeiro, o projeto agora vai à deliberação da Câmara.

### IRRIGAÇÃO

O Plenário iniciou a discussão, em primeiro turno, da proposta de emenda constitucional que prorroga por dez anos a aplicação, no Nordeste e Centro-Oeste, de percentuais míni-

mos dos recursos destinados à irrigação. De autoria do senador Mauro Miranda (PMDB-GO), o objetivo da emenda é garantir que o Nordeste continue, por mais dez anos, com 50% desses recursos, ficando o Centro-Oeste com 20%.

Também em regime de urgência, o Senado autorizou a prefeitura municipal de Santos (SP) a contratar empréstimo de R\$ 12,2 milhões junto ao Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros (PNAFM). Votou ainda o texto do Acordo sobre Transporte Fluvial Transversal Fronteiriço de Passageiros, Veículos e Cargas, celebrado entre o governo brasileiro e o governo argentino, em 1997.

Em votação secreta, os senadores aprovaram mensagem presidencial escolhendo Luiz Milton Veloso Costa para exercer o cargo de diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, até 25 de abril de 2003.

Foram aprovados também decretos legislativos renovando a concessão de quatro emisoras: Rádio Piatã de Salvador (BA), Rádio Tupã (SP), Rádio Educadora de Dois Vizinhos e Rádio Cultura de Bragança Paulista (SP).

### CAE

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou projeto do governo que altera o sistema de armazenagem dos produtos agropecuários. Relator da matéria, o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) explicou que a lei regulamentadora do setor precisa de atualização para facilitar a adoção de mecanismos modernos para o armazenamento e a comercialização de produtos primários.

A CAE também aprovou relatório do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) favorável a que o governo contrate empréstimo de 825 mil euros junto ao Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW). O dinheiro se destinará ao programa de modernização da infra-estrutura das universidades federais e seus hospitais.

# Programa da Rádio Senado será levado para as escolas

Convênio assinado com o Inei garante o uso da série *Brasil 500 anos* na rede de ensino do Distrito Federal e de Maceió

O Senado assinou convênio com o Instituto de Educação Integral (Inei) pelo qual a série de programas *Brasil 500 anos*, da Rádio Senado, será usada pela rede de colégios Inei nas aulas de História do Brasil, no ensino fundamental e médio. Pelo convênio, o Inei se compromete a fornecer à rede pública de ensino do Distrito Federal e de Maceió as cópias do programa que receber do Senado.

A série *Brasil 500 anos* vem sendo levada ao ar pela Rádio Senado desde o dia 21 de abril do ano passado. A produção é da própria equipe da emissora, e os programas têm depoimentos de historiadores e especialistas, além de apresentar partes dramatizadas, em formato de radionovela.

*Brasil 500 anos* tem um total de 68 programas. Os programas que tratam da formação de Portugal, a partir do Império Romano, até a virada do século XIX para o século XX, têm meia hora de duração. Do início do século XX ao governo do presidente José Sarney e à Constituição de 1988, os programas pas-



O convênio assinado pelo diretor-geral Agaciél Maia (C) permitirá a utilização da série nas aulas de História do Brasil do ensino fundamental e médio

sam a ter uma hora de duração.

Assinaram o convênio o diretor-geral do Senado, Agaciél da Silva Maia, o diretor da Rádio Senado FM, Sílvio Hauagen Soares, e o presidente do Inei, Aloísio Otávio Pacheco de Brito. O Inei tem três colégios em Brasília e um em Maceió.

Os principais programas da Se-

nado FM estão sendo transmitidos pela rádio da Universidade do Vale do Itajaí (SC). O embaixador do Brasil na Guiné-Bissau, Arthur Correia Mayer, atendendo a sugestão do senador Artur da Távola (PSDB-RJ), solicitou à Rádio Senado diversos programas da série *Brasil 500 anos* para promover sua divulgação em emissoras de rádio daquele país.

## Maguito Vilela quer proibir empresas de controlarem mais de um clube de futebol

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO), relator da medida provisória que muda a Lei Pelé, informou que o seu parecer deverá ser votado na próxima quinta-feira, na comissão especial que analisa a matéria. Maguito excluiu os bingos da medida provisória, sob o argumento de que jogos de azar não podem ser misturados com legislação esportiva. "Jogo de azar é uma coisa obscura, que serve para lavar dinheiro, para encobrir irregularidades", justificou.

O texto de Maguito Vilela torna opcional a transformação dos clubes de futebol em empresas, ao contrário do texto original da Lei Pelé, que instituiu a obrigatoriedade. Outra inovação do relator é a proibição de que as empresas comprem mais de 50% das ações de um clube que tenha se transformado em empresa.

O relatório permite, no entanto, que uma mesma empresa patrocinadora estampe nas camisas de vários clubes a sua marca. Possibilita também a livre formação



O parecer de Maguito também exclui os bingos da medida provisória que muda a Lei Pelé

de empresas de licenciamento para explorar as marcas dos clubes populares, o que tornaria legal, por exemplo, a associação do grupo norte-americano HMTF com o Corinthians e o Cruzeiro ou do grupo suíço ISL com o Flamengo e o Grêmio.

### FIM DO PASSE

— Não podemos permitir é que uma empresa assuma o controle e a gestão de mais de um clube. Também não é possível que um clube seja totalmente alienado,

com a venda de 51% de seu patrimônio. É preciso resguardar os direitos dos sócios e a própria história do clube — disse Maguito.

A proibição tornaria ilegal, nesse caso, a venda do Brasília, clube-empresa do Distrito Federal que vinha sendo negociado com um grupo de empresários. O senador mudou ainda o tempo máximo de duração do primeiro contrato assinado por um atleta com o clube que o formou.

Pelo texto original da Lei Pelé, o primeiro contrato iria de três meses, tempo mínimo, a seis anos, tempo máximo. Maguito Vilela estabelece o prazo máximo de cinco anos, o que, segundo ele, preserva os direitos do clube que investiu na formação do jogador.

O chamado "passe" fica, portanto, extinto. Mas a quebra do contrato implicará indenização por parte de quem tomar a iniciativa do rompimento. A indenização terá, no entanto, um redutor automático, não-cumulativo e progressivo, de acordo com cada ano completo.

## 500 ANOS DO DESCOBRIMENTO

## Cinco séculos colocados na balança

*Em pronunciamentos na última quarta-feira, vários senadores fizeram um balanço dos 500 anos de História do Brasil. Alguns questionaram velhos mitos e repudiaram a suposta exclusão dos*

*setores populares das comemorações oficiais. Outros aproveitaram para rever o papel exercido por instituições como a Igreja ou para projetar uma nova etapa de desenvolvimento.*

## Marina lamenta discriminação contra índios e negros

A senadora Marina Silva (PT-AC) disse que a comemoração dos 500 anos do descobrimento precisa incluir políticas de reparação às injustiças cometidas contra os índios – segundo ela, “sistematicamente massacrados” – e contra os negros, “escravizados durante séculos para permitir um modelo de colonização impossível sem o trabalho escravo”. Para Marina, os negros precisam de apoio para a educação e facilidades de emprego para que possam se integrar em igualdade de condições a uma sociedade de mercado competitiva. Os índios, continuou ela, “precisam da demarcação plena de suas terras e de respeito a seu desejo de permanecer índios”.

– Na verdade, o único ponto positivo desses 500 anos é nos haveremos

tornado uma sociedade plural em termos culturais e étnicos, fator reconhecido como uma riqueza para o próximo milênio – disse.

Ao lembrar a celebração do Dia do Índio, comemorado em 19 de abril, Marina afirmou que “essa deve ser uma comemoração triste, em função da dizimação sistemática dos indígenas, que somavam 4 milhões quando Cabral chegou a Porto Seguro e hoje são meros 300 mil. Ela acrescentou que a Igreja Católica já pediu perdão pelos erros cometidos durante a colonização das Américas.



Marina: “O único ponto positivo é que nos tornamos uma sociedade plural”

– Cabe agora aos governos latino-americanos, em especial ao do Brasil, fazer o mesmo, não com retórica, mas com medidas concretas – pensa a senadora.

Segundo Marina, as tribos indígenas reivindicam a aprovação do Estatuto do Índio, mas estão informados de que o projeto em elaboração pelo governo ressuscita a figura da tutela, política ultrapassada nos dias de hoje. A senadora deu as boas-vindas a lideranças indígenas que visitavam o Senado, e foi aplaudida por índios cararis, xavantes, tapirités e terenas, entre outros.

## Quintanilha propõe uma nova fase de crescimento

As comemorações dos 500 anos do Brasil “devem servir de reflexão para que o país entre numa nova fase de desenvolvimento econômico”, acredita o senador Leomar Quintanilha (PPB-TO). O momento, sustenta ele, seria propício para realçar a importância de medidas que garantam o desenvolvimento do Centro-Norte do país.

– Vamos transformar o Centro-Norte, com as condições privilegiadas que



Quintanilha: novo pólo agroindustrial na região Centro-Norte do país

tem, em um dos mais pujantes pólos agroindustriais do planeta, com uma produção de alimentos que irá atender uma demanda sempre crescente – pregou.

Quintanilha observou que existe no país uma grande massa de pessoas desamparadas e sem acesso à educação, saúde, segurança e serviços públicos básicos. Para ele, “isso é fruto de políticas econômicas direcionadas, ao longo desses 500 anos, exclusiva-

mente para as elites”.

A adoção de políticas voltadas para atender uma minoria provocou, no entender dele, uma brutal concentração de renda no país e uma divisão regional acentuada, provocando a migração de milhões de brasileiros para os grandes centros.

– A migração em grande escala resultou no inchaço das cidades e levou milhares de pessoas a viver em condições miseráveis – disse, acrescentando que a Amazônia, que representa cerca de 62% do território brasileiro, ainda se encontra desabitada, apesar da riqueza de seu subsolo.

## Para Cândido, festejos excluíram os setores populares

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) criticou as comemorações oficiais dos 500 anos do Brasil, dizendo que o governo federal se associou à Rede Globo para passar “a imagem de um país erguido por meio da colaboração voluntária dos indígenas e negros”. Para o senador, a verdade sobre o sofrimento desses povos e também das classes populares, ao longo desses 500 anos, não pode ser ignorada e escondida.

– Queremos celebrar, sim, as vitórias e derrotas de uma luta sempre desigual. De um lado, a riqueza, o poder, as armas, o desprezo pela vida, a arrogância de classe. Do outro, a vida coletiva, o trabalho humano, os despossuídos de tudo, a solidariedade de classe, a infinita esperança – disse Geraldo Cândido.

Ele lembrou o processo de extermínio dos índios, que até hoje lutam para manter suas terras e sua cultura, relatou o sacrifício dos povos africanos, e exaltou o trabalho dos setores populares da sociedade brasileira, que formaram entidades e movimentos como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) ou o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e lutaram para a redemocratização do país.

Geraldo Cândido também expressou indignação com as barreiras policiais montadas no interior da Bahia, onde foram retidos vários cami-



Cândido: governo e Rede Globo se aliaram para difundir imagem falsa

nhões transportando sem-terra. As barreiras, para ele, são inconstitucionais. Citando o artigo 5º da Constituição, ele disse que o MST e os índios têm o direito de manifestar seu pensamento, além de poder transitar livremente pelo território nacional.

– Os sem-terra não foram convidados para as comemorações, mas podem estar presentes no município de Porto Seguro e se manifestar livremente. O povo deve ter consciência de seus direitos para deixar de ser trapaceado por governantes elitistas e contrários ao bem-estar dos excluídos – afirmou.

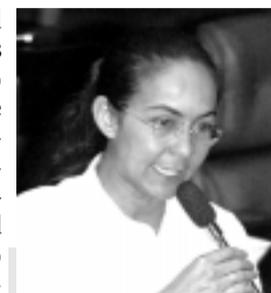
## Heloísa Helena diz que datas comemorativas se prestam à “mutilação da História”

A forma pela qual sempre foram tratadas datas históricas como o Dia do Índio, de Tiradentes e o Descobrimen-

to do Brasil – comemoradas, respectivamente, em 19, 21 e 22 de abril – constitui, na opinião da senadora Heloísa Helena (PT-AL), “uma mutilação de nossa história com o objetivo de eliminar qualquer traço de resistência das camadas populares”.

– Comemora-se o “descobrimen-

to” como um “encontro pacífico”, quando o que houve por aqui foi um assalto, um massacre, uma ocupação. Um genocídio, se levarmos em conta que, ao longo de 500 anos, a população nativa caiu de milhões para centenas de milhares. Primeiro, foram os índios. Anteontem, os negros. Ontem, os colonos imigrantes. Hoje, os trabalhadores



Heloísa: “Que viva a subversão, pois submissão tivemos nos 500 anos”

urbanos e rurais – afirmou a senadora.

Heloísa Helena comparou o “desembarque” ocorrido há 500 anos com o desembarque de capitais estrangeiros que ocorre agora. “Passamos séculos mandando riquezas para fora, para alimentar o giro da máquina econômica do Velho Mundo. E hoje fazemos o mesmo, embora o

beneficiário principal esteja em nosso próprio continente”, disse.

Na avaliação dela, a catástrofe mundial será inevitável enquanto o mundo for dominado pelo lucro, pelo dinheiro e pela especulação. “O dilema hoje, sobretudo para países como o Brasil, é submeter-se ou subverter-se. Que viva a subversão, pois submissão foi o que tivemos nos últimos 500 anos, com esse resultado que está aí”, concluiu.

## Mozarildo critica o papel desempenhado pela Igreja

A Igreja Católica não pode se eximir da sua parcela de culpa pelas violências cometidas contra os índios desde o descobrimento do Brasil, afirmou o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR). Ele disse que organizações não-governamentais (ONGs) ligadas ao catolicismo agem como se a Igreja nada tivesse a ver com o que aconteceu com as populações indígenas nos últimos 500 anos.

Mozarildo leu reportagem publicada no *Jornal do Brasil/Norte*, de Roraima, segundo a qual padres estariam ensinando técnicas de guerrilha aos índios tuxauas. O senador também trouxe ao conhecimento do Plenário a informação de que cerca de 220

índios estariam ameaçados de despejo de pensões mantidas pela Funai em Brasília. Notícias como essas, para ele, decorrem do fato de “a gestão dos assuntos indígenas sofrer influência exagerada de ONGs, muitas delas estrangeiras”.

– Precisamos nacionalizar a política indígena. Entregue-se a questão, que considero da mais alta importância para a soberania do Brasil, nas mãos de entidades estrangeiras – acusou o senador Mozarildo.

As críticas feitas pelo ministro da

Justiça, José Gregori, às organizações não-governamentais, foram bem recebidas pelo senador. Gregori disse ao jornal *Folha de S. Paulo* que “é melhor conversar com índio do que com branco amigo de índio”. Para Mozarildo, a declaração demonstra



Mozarildo: “Entregue-se a questão indígena nas mãos de estrangeiros”

que o governo não está satisfeito com o trabalho de algumas ONGs.

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) disse, em aparte, que as elites deveriam seguir o exemplo do papa João Paulo II, que pediu perdão pelas violências cometidas contra os índios e

rever seus erros. “As elites políticas e econômicas brasileiras ao longo desses 500 anos foram responsáveis pela miséria, entrega de nossas riquezas e o sofrimento de um povo”, disse ela.

Mozarildo Cavalcanti aproveitou a discussão do tema para informar que Roraima é um dos estados que mais investem na educação indígena, dentro dos parâmetros estabelecidos pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). Como exemplo, disse que atualmente 8.100 alunos índios estudam nas 183 escolas indígenas mantidas pelo governo do estado.

# Francelino elogia acordo para preservar patrimônio

Senador comemora convênio entre Brasil e Banco Interamericano de Desenvolvimento que permitirá, em sua primeira etapa, a recuperação e conservação de 12 a 14 cidades históricas do país

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) elogiou o convênio assinado entre o governo brasileiro e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), destinado a financiar o Programa de Preservação do Patrimônio Histórico Urbano Brasileiro, denominado Monumenta. O convênio, segundo o senador, vai



Francelino: programa atenderá inicialmente de 12 a 14 cidades

permitir que os vários monumentos históricos espalhados por diversas cidades brasileiras sejam preservados.

Francelino Pereira informou que o programa vai atender, inicialmente, de 12 a 14 cidades, a começar por Ouro Preto, Olinda, Rio de Janeiro e Recife. Numa segunda etapa, serão

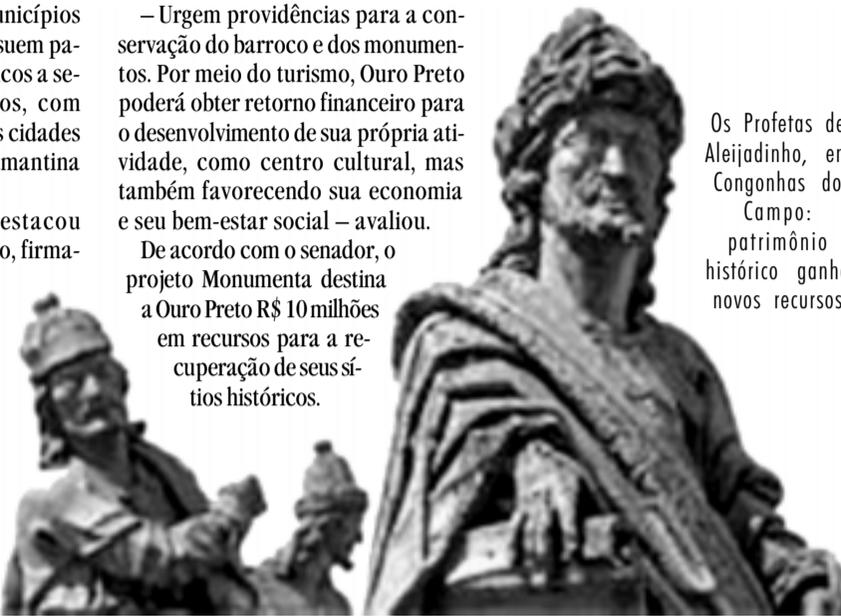
beneficiados municípios que também possuem patrimônios históricos a serem conservados, com destaque para as cidades mineiras de Diamantina e Tiradentes.

O senador destacou também o acordo, firmado na semana passada entre o governo federal e a prefeitura de

Ouro Preto, para a revitalização dos monumentos da cidade mineira. Francelino vê no convênio a oportunidade do município retomar sua vocação histórica, com efeitos positivos imediatos para a atividade turística:

– Urgem providências para a conservação do barroco e dos monumentos. Por meio do turismo, Ouro Preto poderá obter retorno financeiro para o desenvolvimento de sua própria atividade, como centro cultural, mas também favorecendo sua economia e seu bem-estar social – avaliou.

De acordo com o senador, o projeto Monumenta destina a Ouro Preto R\$ 10 milhões em recursos para a recuperação de seus sítios históricos.



Os Profetas de Aleijadinho, em Congonhas do Campo: patrimônio histórico ganha novos recursos

## Delegacia de Jataí ajuda a combater droga, diz Maguito



Maguito: Jataí fica em ponto estratégico para os traficantes

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) participou da inauguração da terceira delegacia da Polícia Federal em Goiás. De acordo com o senador, a nova delegacia, que fica em Jataí, contribuirá para o combate ao

narcotráfico e ao crime organizado, que usam o sudoeste do estado como ponto de apoio.

Jataí, conforme o senador, fica em um ponto estratégico para os narcotraficantes, pois é o caminho preferido de rotas que saem do norte da Bolívia e do Brasil com destino ao Sudeste e Sul do país e vice-versa. Para Maguito, o fato do município ser rota do narcotráfico contribui para o aumento do consumo de drogas e da violência urbana na região. Ele acredita que esses fatores poderiam atrapalhar o crescimento que o sudoeste de Goiás tem alcançado nos últimos anos:

– A região abriga os municípios que mais produzem grãos em todo o Centro-Oeste e as grandes agroindústrias do Brasil e de outros países estão migrando para lá, o que torna o lugar importante para a economia de Goiás.

Esteve presente à solenidade de inauguração o diretor-geral da Polícia Federal, Agílio Monteiro. As outras duas delegacias da Polícia Federal em Goiás ficam em Goiânia e Anápolis.

## Jucá teme conflitos entre tribos de Roraima

O senador Romero Jucá (PSDB-RR), ao comentar a passagem do Dia do Índio, alertou para conflitos entre as diversas tribos de Roraima, provocados pelo processo de demarcação de terras indígenas no estado. Jucá disse que tem enviado ofícios, desde 1998, ao presidente da República, aos ministérios da Justiça e da Reforma Agrária, e à Funai, em que propõe um conjunto de ações que poderiam ajudar na pacificação das comunidades. “A luta indígena é dura, por isso é preciso haver união entre todos eles”, afirmou



Jucá diz que desde 1998 tem tentado acordo para pacificar as tribos

o senador.

Jucá apresentou resultados de uma pesquisa publicada pela imprensa mostrando que os brasileiros são favoráveis à preservação da cultura dos índios e à demarcação das suas terras, além de se interessarem pelo futuro deles. Apesar disso, o senador lembrou que persistem os problemas na relação entre índios e brancos. Dentre eles, Jucá destacou a falta de uma política educacional para as comunidades indígenas, levando em conta, inclusive, aspectos como a manutenção do

idioma.

Jucá lamentou também que o Estatuto do Índio tramite há 10 anos na Câmara dos Deputados. O senador entende que é uma matéria urgente, mas lembra ser importante discutir pontos polêmicos, como a tutela governamental. Jucá defendeu ainda uma reestruturação profunda da Funai, para evitar que as relações com os índios fiquem restritas às organizações não-governamentais.

O senador José Fogaça (PMDB-RS) assinalou que comemorar não significa celebrar, mas sim refletir em conjunto. Caso contrário, as comemorações dos 500 anos do descobrimento do Brasil obedeceriam a uma lógica de dominação e supremacia que deve ser combatida.

## Presidente do TCU fala à TV Senado

Investir na educação e na mudança de padrões culturais é indispensável para o êxito do combate à corrupção no Brasil. Quem lançou o apelo foi o presidente do Tribunal de Contas da União, ministro Iram Saraiva, em entrevista à TV Senado concedida ao jornalista Fernando Cesar Mesquita, transmitida no final de semana.

Saraiva falou da atuação do tribunal, fiscal da aplicação de todas as verbas federais, e advertiu que punição e repressão estão ficando cada vez mais caras e difíceis, diante da sofisticação tecnológica dos “crimes de colarinho branco”, aconselhando a adoção de programas preventivos e de longo prazo, visando à conscientização de toda a sociedade:



Iram Saraiva, nos estúdios da TV Senado: sociedade precisa ajudar TCU a fiscalizar

– Vivemos uma situação que dói muito ver, mas eu acho que a educação é a pedra angular do combate à corrupção. Precisamos voltar aos nossos valores primários, aos aspectos culturais, até porque a repressão, perseguir depois de cometido o delito, é muitíssimo mais difícil – disse.

O ministro acredita que o problema só poderá ser superado com verdadeira mudança de mentalidade, que acompanhe a instrumentaliza-

ção dos órgãos responsáveis pela fiscalização:

– Vamos começar na escola e dentro de casa, vamos acabar com a Lei de Gérson, pois muitos reclamam dos grandes rombos enquanto delinquentes nas pequenas coisas. Precisamos conversar sobre tudo isso na família. A nação precisa de bons dirigentes, respeitadores e informados, mas os cidadãos têm que cobrar – afirmou.

A participação da sociedade é fundamental para o sucesso do trabalho de fiscalização que cabe ao TCU, segundo seu presidente:

– É indispensável o exercício do controle social. A sociedade tem que cobrar mais. Como foi a aplicação daquela verba que a *Voz do Brasil* disse que seu município recebeu? A partir do momento que os cidadãos se acostumarem a cobrar mais, as coisas melhoram – enfatizou.

## Álvaro critica proposta de venda de ações da Petrobras

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR) disse que acredita já ter os votos necessários à aprovação, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), do seu projeto suspendendo a venda de 31,72% das ações ordinárias da Petrobras. Segundo



Álvaro: não posso apoiar o governo quando ele erra

ele, sua proposta tem o apoio do PMDB, partido com maioria no Senado, e de parlamentares do PFL e do PSDB.

O assunto deverá ser tratado pela CAE na semana que vem, segundo Álvaro Dias, que recebeu em Plenário o apoio do senador Ramez Tebet (PMDB-MS). Para o parlamentar sulmato-grossense, a venda de ações da Petrobras, assim como a privatização do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, são atos que atentam contra os interesses nacionais.

Álvaro entende que a Petrobras é um patrimônio do país com potencial enorme de crescimento, o que daria caráter prejudicial à alienação das ações por R\$ 8 bilhões. Conforme os planos do governo, esses recursos seriam usados para abater a dívida do Tesouro Nacional em títulos, com economia relativa à diminuição da conta de juros calculada em R\$ 1,3 bilhão ao ano:

– O ganho é muito pequeno, especialmente se observarmos que há uma corrida ao petróleo brasileiro, com 50 empresas fazendo pesquisa em território nacional. Podemos estar abrindo mão de receitas monumentais. Além disso, já vendemos muitas empresas para abater uma dívida que continua crescendo – disse o senador.

Álvaro Dias não criticou apenas a venda das empresas do ponto de vista negocial. Sob o aspecto socioeconômico, a operação levaria o governo a abrir mão da possibilidade de fixar preços de combustíveis. Consequentemente, teria um instrumento a menos para fomentar o desenvolvimento, quando o país fosse auto-suficiente em petróleo:

– Sou do partido do governo, mas não posso apoiar o governo quando erra – disse o senador.

## Estevão fala na TV sobre o papel de Brasília no Centro-Oeste

A emancipação política de Brasília é o tema da entrevista do senador Luiz Estevão (PMDB-DF) que vai ao ar hoje, na TV Senado, às 9h30 e 18h30. O senador, que também foi deputado distrital, mora em Brasília há 34 anos e conhece bem os problemas da cidade, que está completando 40 anos.

Estevão rebate as críticas que

apontam a transferência da capital como prejudicial para os cofres públicos. Na opinião do senador, essa é uma visão estreita do problema. O principal efeito da construção de Brasília, segundo Estevão, foi o desenvolvimento do Centro-Oeste e a melhor distribuição da população pelo território nacional.

## Cândido faz balanço do acidente que poluiu a baía de Guanabara

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ), relator da subcomissão que investiga o vazamento de óleo da Refinaria Duque de Caxias na baía de Guanabara, fala, em entrevista à TV Senado, sobre a visita da sub-

comissão ao Rio de Janeiro. Na entrevista que vai ao ar hoje às 3h30, 7h30, 12h30 e 20h30, o senador afirma que a situação da baía de Guanabara melhorou, mas ainda é crítica no manguezal.

### PROGRAMAÇÃO



#### TV SENADO

##### HOJE

6h30 – *Debate*: O senador Pedro Piva e o judoca José Mário Tranquilini falam da situação do atleta olímpico no Brasil  
7h30 – *Entrevista*: O senador Geraldo Cândido fala sobre o desastre ambiental na baía de Guanabara  
8h – *Especial*: Descobrimento do Brasil  
8h30 – *TV Escola* – 500 anos  
9h – *Cores do Brasil*: Turismo na cidade de Goiás  
9h30 – *Entrevista*: O senador Luiz Estevão fala da emancipação política de Brasília  
10h – *Cores do Brasil*: Folclore do Maranhão  
11h – *Entrevista Especial*: Ministro Iram Saraiva, presidente do TCU  
12h – *Cores do Brasil*: Campina Grande  
12h30 – *Entrevista*: Senador Geraldo Cândido  
13h – *Cores do Brasil*: Turismo em Manaus  
13h30 – *Debate*: Senador Pedro Piva e judoca José Mário Tranquilini  
14h30 – Sessão Plenária (vivo)  
18h30 – *Entrevista*: O senador Luiz Estevão fala da emancipação política de Brasília  
19h – *Cores do Brasil*: Turismo em São Luís

19h30 – *Debate*: Senador Pedro Piva e judoca José Mário Tranquilini

20h30 – *Entrevista*: Senador Geraldo Cândido

21h – *Jornal do Senado*

21h30 – Sessão Plenária (reapresentação)

#### RÁDIO SENADO

##### HOJE

8h – *Agenda Senado*

Em seguida – Música e informação

14h30 – Sessão Plenária do Senado (vivo)

Em seguida – Música e informação

19h – *A Voz do Brasil*

Em seguida – Música e informação

20h30 – *Senado em Linha Direta* – Edição Nordeste

Em seguida – Música e informação

21h – *Senado em Linha Direta* – Edição Norte/Centro-Oeste

Em seguida – Música e informação

21h30 – *Senado em Linha Direta* – Edição Sul/Sudeste

Em seguida – Música e informação

0h – Sessão Plenária do Senado (reprise)

Em seguida – Música e informação

# Requião sugere à Receita que investigue empresa de comunicação

Senador quer análise da evolução patrimonial do grupo que controla a *Gazeta do Povo* e retransmite a TV Globo no Paraná

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) sugeriu à Secretaria da Receita Federal que analise a evolução patrimonial do grupo que controla a *Gazeta do Povo* e que retransmite a TV Globo no Paraná. Ao pedir da tribuna esse exame, o parlamentar disse que talvez se chegue a um “caso explícito de transferência de recursos públicos para patrimônio pessoal”. Ele anunciou que apresentará requerimento nesse sentido e avisou: “Pretendo acabar com a corrupção da imprensa no Paraná, via tribuna do Senado. E vou acabar, custe o que custar”.

Na opinião do parlamentar, se a Receita avaliar a evolução da riqueza de Francisco Cunha Pereira, diretor da *Gazeta do Povo*, talvez consiga “aprofundar as raízes da corrupção da imprensa no Paraná”. Referindo-se a denúncias feitas da tribuna do Senado contra os que controlam a imprensa no estado, Requião criticou nota oficial divulgada pelo sindicato das empresas proprietárias de jornais do Paraná (Sindejor) e assinada por seu presidente, Abdo Aref Kudri.

A nota protesta contra o que o parlamentar afirmou da tribuna,

## Senador vê desvio de recursos para campanha

O senador Roberto Requião leu da tribuna do Senado depoimento em que Waurides Brevilheri Júnior, da Metrópole Propaganda, narrou para promotores da Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Londrina (PR) como lhe solicitaram nota fiscal para justificar gastos de campanha eleitoral de Emília Salles Belinati, hoje vice-governadora do Paraná.

De acordo com o documento lido por Requião, em março de 1998 Dioniltro Rubens Pavan, presidente da Companhia Telefônica de Londrina, informou a Waurides Brevilheri Júnior que havia uma empresa disposta a colaborar para a candidatura ao Senado de Emília Salles Belinati, mas que



Requião suspeita de um “caso explícito de transferência de recursos públicos para o patrimônio pessoal”

mas não menciona o que foi dito. “E eu denunciava o ‘caixa-dois’ do grupo que é afiliado à Rede Globo no Paraná. Fiz denúncias em relação ao jornal *Gazeta do Povo* e em relação à própria TV paranaense, canal 12. E como não sou de fazer denúncia sem dar nomes, citei fatos e dei o nome de Francisco Cunha Pereira, que é o sócio da Globo no Paraná e sócio do jornal *Gazeta do Povo*, que não publica nada.”

Requião explicou que esse conglomerado, responsável por 80% da circulação na mídia televisiva e imprensa do Paraná, é o respon-

necessitava de uma nota fiscal de empresa idônea.

Como a Metrópole Propaganda já manifestara interesse em participar da concorrência para a escolha das agências de publicidade que atenderiam à Companhia Telefônica, Dioniltro Rubens Pavan sugeriu que esse ato de boa vontade reforçaria a confiança na empresa.

Foi então redigida no talão da Metrópole Propaganda nota fiscal no valor de R\$ 323 mil, emitida contra a empresa Inepar S. A. Indústria e Confeccões, que mantém parceria econômica com empresa dirigida por Dioniltro Rubens Pavan. Para Roberto Requião, esse fato demonstra bem

sável pelos escândalos que acabam com as finanças públicas. Como exemplo do silêncio dessa imprensa, ele contou que os próprios universitários do estado desconhecem que a empresa de água e esgotos do Paraná foi vendida a um grupo francês.

O senador também denunciou que os jornais do estado acabam de publicar um balanço fraudado do governo, apresentando um superávit que foi conseguido da seguinte forma: “Utilizaram-se recursos de empréstimo para o saneamento do Banco do Estado do Paraná, que foram retidos no fim do ano e repassados para o Banco Central posteriormente, simplesmente para fins de maquiagem do balanço”.

Mas Requião ressaltou que suas críticas não se dirigem a toda a imprensa do Paraná. “Não me venha o sindicato com essa conversa de que eu acusei toda a imprensa. Até porque nós temos uma multiplicidade de rádios, absolutamente independentes no interior do estado, que estabelecem o pluralismo democrático. E temos os pequenos jornais do interior, que não se acovardam e não se vendem”, resumiu ele.

como “lá no Paraná o pessoal ligado ao governo e à vice-governadora mete a mão em recurso público”.

O senador disse ter informações de que uma parte desses recursos serviu para comprar um apartamento em Curitiba, em nome do deputado estadual Antonio Belinati, filho da vice-governadora. Também da tribuna, ele apresentou a nota fiscal da empresa Metrópole contra a Inepar, a qual deu origem ao faturamento desses R\$ 323 mil. Requião observou que essa é uma notícia que o jornal *Gazeta do Povo* não publica. Também antecipou que, depois da Páscoa, trará mais documentos revelando atos de corrupção no Paraná.

## Suplicy deseja que Ronaldinho se recupere logo

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) enviou fax ao atacante Ronaldinho, desejando pronto restabelecimento da cirurgia a que o jogador foi submetido. Depois de mais de quatro meses de recuperação de uma contusão no joelho, Ronaldinho retornou aos gramados no último dia 12 e so-

freu uma ruptura no tendão do joelho direito, o mesmo que havia sido operado.

“Como admirador de seu excepcional talento e seu caráter humanitário, torço por sua breve recuperação. Eu e toda minha família temos a certeza de que, graças a sua determinação, você ainda dará

muitas alegrias ao nosso povo, honrando o Brasil”, diz a correspondência do senador.

Suplicy cumprimentou o jogador por seu trabalho como embaixador das Nações Unidas pelo Desenvolvimento e o convidou a conhecer os programas de renda mínima que vem propondo.

### COMO SINTONIZAR

#### TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Aúdio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

#### RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:

- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

# Cabral pede apoio do governo a barqueiros da Amazônia

Senador afirma que crédito a custos razoáveis permitiria modernização das embarcações e evitaria os frequentes acidentes na região

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) defendeu maior apoio do governo aos barqueiros da Amazônia, para diminuir os naufrágios e tragédias comuns no transporte fluvial da região. O senador sugeriu a criação de linhas de financiamento ajustadas à realidade do setor. "Tendo acesso a crédito a custos razoáveis, os barqueiros da Amazônia poderão comprar barcos metálicos, o que vai prevenir acidentes e reduzir a gravidade de outros", explicou.

Cabral recebeu correspondência do jornalista amazonense Orlando Farias, que descreve a difícil situação dos barqueiros da região e o aumento no volume de anúncios de venda de barcos, devido ao grande número de acidentes no ano passado. Segundo o senador, a causa dos acidentes pode estar na estrutura frágil dos próprios barcos, construídos em madeira e cheios de falhas de engenharia náutica, pois são feitos em estaleiros artesanais e não dispõem de tecnologia atualizada.

Além disso, revelou ele, as companhias seguradoras não aceitam contratos de seguros para as embarcações fluviais da Amazônia. "Assim, quando acontece um naufrá-



Navegação na Amazônia é feita sem seguro para os barcos, muitos deles construídos em estaleiros artesanais

gio, o impacto humano e social não se limita aos passageiros e tripulantes que morrem no desastre; a situação é também dramática para o proprietário da embarcação, que perde seu único patrimônio", disse.

O senador José Fogaça (PMDB-RS) afirmou que estava surpreso com a recusa do seguro pelas companhias do setor, e concordou com a necessidade de apoio financeiro para quem trabalha no transporte fluvial na região Norte. O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) defendeu o estímulo a todas as formas de navegação fluvial no Brasil. Para

ele, o país não pode abdicar dessa forma barata e prática de transporte.

Bernardo Cabral defendeu ainda a modernização dos estaleiros artesanais. Também requereu que a Mesa Diretora encaminhe cópia do seu pronunciamento ao presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e pediu uma manifestação oficial da instituição.



Cabral quer manifestação do BNDES

## Aumento dos casos de malária preocupa Tião Viana

O crescimento expressivo nos casos de malária em 1999 levou o senador Tião Viana (PT-AC) a fazer pronunciamento alertando para o perigo que representa a falta de ação coordenada entre o governo federal e os governos estaduais no controle da saúde pública. No ano passado, foram registrados 609 mil casos da doença, contra uma média de 450 mil nos dez anos anteriores, segundo dados fornecidos ao senador pela Fundação Nacional de Saúde (FNS).

Tião Viana ressaltou que a malária, em suas formas mais perigosas, pode até levar à morte. Atualmente, dois bilhões de pessoas em todo o mundo estão expostas a esse mal, que se constitui na doença parasitária que mais mata.



Tião Viana: estados devem atuar em conjunto com o governo federal

Outro dado preocupante, na avaliação do senador, é o aumento do número de casos de resistência ao tratamento, o que significa fortalecimento dos agentes nocivos causadores da malária.

No Brasil, a maior parte dos casos acontece na Amazônia, principalmente no Pará e no Amazonas, informou o senador. O Acre, governado por Jorge Viana, irmão do senador, é o estado onde mais se avançou no combate à malária, segundo Tião Viana. Ele afirmou que isso se deve à estreita cooperação entre a FNS e a administração estadual. A maior parte dos demais governadores, na avaliação do senador, estaria fugindo ao seu papel, preferindo principalmente reivindicar recur-

sos ao governo federal.

— Poucos governadores da região amazônica estão assumindo suas responsabilidades, quando deveriam atuar em um fórum permanente com o governo federal — disse Viana.

O senador elogiou o presidente da FNS, Mauro Costa, por tentar descentralizar as ações de saúde pública, buscando o compromisso dos governos estaduais e municipais. Dois exemplos de ação governamental com resultados positivos foram citados por Tião Viana: Cuba, que erradicou a malária, e os projetos hidrelétricos na própria Amazônia, em torno dos quais a doença foi controlada, só que com o objetivo de proteger os técnicos, e não as populações pobres da região. A senadora Heloísa Helena (PT-AL), que presidia a sessão no momento do discurso de Viana, apoiou o alerta feito pelo parlamentar acreano.

## Patrocínio propõe mutirão para fornecer certidões de nascimento

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) defendeu a necessidade de um esforço nacional para garantir certidão de nascimento a todos os brasileiros. Para ele, os governos federal, estaduais e municipais precisam se unir à sociedade civil, igrejas, sindicatos, organizações não-governamentais e



Patrocínio considera necessária uma mobilização nacional

associações de bairro numa mobilização nacional para fornecer registro civil a 10 milhões de brasileiros que hoje não dispõem do documento, segundo estatísticas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Patrocínio lembrou haver uma lei garantindo gratuidade de registro civil e de óbito a pessoas carentes, mas afirmou que muitos cartórios não estão cumprindo a lei. "Especialmente nas pequenas localidades, muitos cartórios alegam que iriam à falência se fossem fornecer registros gratuitos. Por isso, defendo que o poder público poderia adotar medidas compensatórias nesses

casos", disse.

O senador observou que, embora a certidão de nascimento seja requisito básico para a conquista da cidadania, existe nas camadas mais pobres da população um sentimento de inutilidade das certidões e carteiras de identidade, e até um receio em re-

lação a um possível cerceamento abusivo das autoridades públicas sobre as pessoas.

Em aparte, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) propôs que as prefeituras sejam autorizadas a emitir gratuitamente certidões de nascimento e de óbito a pessoas carentes, como meio de contornar a resistência dos cartórios.

No mesmo pronunciamento, Patrocínio anunciou que em breve o estado do Tocantins terá uma universidade federal, como já acontece com os demais estados da Federação. "Foram dez anos de luta, mas valeu a pena. Ter uma universidade federal não é benefício, é direito do povo tocantinense."

## Para Tebet, Brasil foi afoito ao aderir à globalização

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) criticou a política de privatizações dos governos federal e estaduais. Para ele, o Brasil foi afoito, açodado, ao aderir muito rapidamente à globalização econômica, vendendo patrimônio público sem a necessária reflexão. "Cada



Estado deve ser indutor do desenvolvimento, diz Ramez Tebet

Estado deve ser indutor do desenvolvimento, diz Ramez Tebet

dica fica mais claro que o poder público no Brasil precisa voltar a ser indutor do desenvolvimento econômico, levando adiante políticas de acordo com as vocações de cada região", ressaltou. Segundo Tebet, a eficácia das privatizações para abater dívida pública é altamente questionável. Para comprovar a tese, ele lembrou que a dívida interna aumentou de R\$ 60 bilhões, em 1994, para R\$ 600 bilhões, enquanto a externa cresceu de US\$ 112 bilhões para US\$ 250 bilhões no mesmo período. Citou que as empresas privatizadas, especialmen-

te de telefonia e de energia elétrica, são hoje as recordistas das queixas dos consumidores nos Procons do país inteiro.

O senador por Mato Grosso do Sul afirmou que o país precisa aproveitar a Páscoa e a ressurreição de Cristo para reavaliar suas políti-

cas públicas. "Reina uma angústia no povo brasileiro, vendo sua qualidade de vida caindo e o país cada vez mais envolvido em um mar de lama, de corrupção, com autoridades mergulhadas no tráfico de drogas, enquanto a impunidade e a violência rural e urbana crescem sem parar", disse.

Apesar desse quadro negativo, Ramez Tebet se considera um otimista em relação ao futuro do Brasil, "graças às terras férteis, abundância de minérios, de fontes renováveis de energia e, principalmente, de água, o ouro do próximo milênio", explicou.